



Enfrentamentos e aprendizados: a insurgência feminina no Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi-CE

*Confrontations and lessons: the feminine insurgency in the
Zé Maria do Tomé Encampment, Chapada do Apodi-CE*

*Enfrentamientos y aprendizajes: la insurgencia femenina en
el Campamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi-CE*

SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO ^a

MILA NAYANE DA SILVA ^b

LIA PINHEIRO BARBOSA ^c

Resumo¹

O artigo apresenta o processo de aprendizagem repercutido na vida das camponesas, enfatizando a *práxis* de resistência contra o patriarcado emergida no contexto da luta pela terra, coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ao investigar sobre as práticas educativas que permeiam as mulheres em situação de acampadas no que concerne à figura feminina atuante no MST, este escrito tem o pressuposto de que essas mulheres buscam seu lugar de modo insurgente no mundo das contradições, resultado da formação política repercutida pela educação não formal presente nos momentos exigidos pela nova

¹ Este artigo é resultado da dissertação intitulada *Aprendizados e Insurgências das mulheres na luta pela terra* apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

^a Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil. Doutora em Educação Brasileira, e-mail: sandra.gadelha@uece.br

^b Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil. Mestra em Educação e Ensino, e-mail: milanayane@hotmail.com

^c Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil. Doutora em Estudos Latino-Americanos, e-mail: lia.barbosa@uece.br

realidade. O objetivo do trabalho é analisar os aprendizados ocorridos nas reverberações políticas e subjetivas da inserção das mulheres no MST, na perspectiva de desvelamento do patriarcado concomitante ao sistema capitalista, e das insurgências no cotidiano de luta. O trabalho constata que a inserção na luta pela Reforma Agrária oportunizou às mulheres uma visão crítica no que concerne à desigualdade de gênero, propiciando-lhes aprendizados e conhecimentos essenciais às práticas de despatriarcalização.

Palavras-chave: Mulheres. MST. Aprendizados. Conscientização. Despatriarcalização.

Abstract

In this article we present the learning process reflected in the lives of peasant women, emphasizing the praxis of resistance against patriarchy that emerged in the context of the struggle for land, coordinated by the Movement of Landless Rural Workers (MST). In investigating the educational practices that permeate women in encampments with regard to the female profile active in the MST, we assume that these women seek their place in an insurgent way in the world of contradictions, a result of the political formation reflected by the non-formal education present in this the new reality. Our work is to analyze the lessons of the political and subjective reverberations of women's insertion in the MST, from the perspective of the unveiling of the patriarchy concomitant to the capitalist system, and of insurgencies in the daily struggle. We reach the conclusion that the insertion in the struggle for agrarian reform has provided women with a critical view of gender inequality, providing them with learning and knowledge essential to the practices of depatriarcalization.

Keywords: Women. MST. Learning. Consciousness. Despatriarcalization.

Resumen

El artículo presenta el proceso de aprendizaje reflejado en la vida de las mujeres campesinas, haciendo hincapié en la praxis de resistencia contra el patriarcado que surge en el contexto de la lucha por la tierra, coordinada por el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra. Al investigar las prácticas educativas que impregnan a las mujeres en situaciones de acampada con respecto a la figura femenina activa en el MST, este escrito asume que estas mujeres buscan su lugar de manera insurgente en el mundo de las contradicciones, como resultado de la formación política reflejada en la educación no formal presente en los tiempos que exige la nueva realidad. El objetivo de la obra es analizar las lecciones aprendidas de las reverberaciones políticas y subjetivas de la inserción de las mujeres en el MST, desde la perspectiva de la revelación del patriarcado al mismo tiempo que del sistema capitalista, y de las insurgencias en la lucha diaria. El trabajo muestra que la inserción en la lucha por la Reforma Agraria ha proporcionado a las mujeres una visión crítica respecto a la desigualdad de género,

proporcionándoles el aprendizaje y los conocimientos esenciales para las prácticas de la despatriarcalización.

Palabras clave: *Mujeres. MST. Aprendizajes. Conscientización. Despatriarcalização.*

Introdução

O presente artigo analisa os aspectos educativos e autoformativos na participação das mulheres na luta pela Reforma Agrária, os quais se constituem na formação política e nas práticas de despatriarcalização em contextos de acampamento e a partir de uma crítica feminista ao patriarcado e ao capitalismo.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada junto às mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé, localizado na Chapada do Apodi, na região Jaguaribana, no estado do Ceará, território este marcado pelo avanço do capital no campo. A ocupação das terras do Perímetro Irrigado se deu em 05 de maio de 2014, culminando com a formação do espaço de resistência e aprendizagens, constituído por ação de ocupação do MST e por famílias de comunidades circunvizinhas.

O desenvolvimento da investigação, de cunho qualitativo, exigiu a inserção na realidade do acampamento, com observações de campo, conversas informais, participação em momentos de luta e, ainda, a realização de Grupo Focal para ouvir as mulheres.

O estudo visa compreender como se dão os aprendizados constituídos na participação das mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé, na organização da permanência da resistência pela reforma agrária, buscando-se aprofundar a discussão do enfrentamento do capitalismo e do patriarcado por mulheres em condição de acampadas e postas diante de momentos de aprendizados ocorridos nas reverberações políticas e subjetivas, no sentido da auto-organização. Assim, cabe questionar: como se dariam as práticas educativas em meio às insurgências das mulheres camponesas em tal contexto? E quais desdobramentos acarretam na organização destas mulheres?

Propõe-se responder estas questões a partir dos quatro tópicos que constituem o artigo, quais sejam, apresentar como é construído um espaço de acampamento organizado pelo MST; a contribuição dos movimentos sociais para a

formação política das mulheres, em especial, as camponesas; a construção da identidade das mulheres envolvidas com a luta do MST e, por fim, a produção de saberes e insurgências forjadas pelas camponesas que resistem no acampamento Zé Maria do Tomé.

A pesquisa se insere no campo que reflete sobre as relações da educação com os movimentos sociais e, portanto, tanto se reportará às práticas educativas constituídas e vivenciadas pelas mulheres no âmbito da educação não formal, em que se evidenciam processos de (auto)formação, quanto dialogará com a História da Educação e os estudos feitos sobre a temática.

Destacar as opressões, assim como o processo de aprendizagem repercutido na vida das camponesas na luta contra o patriarcado emergida no contexto da Chapada do Apodi, é de caráter urgente para impulsionar processos de despatriarcalização no campo. Portanto, cabe analisar a interseccionalidade entre classe e gênero nesse estudo. Não podemos, simplesmente, buscar a emancipação da classe enquanto proletária sem perceber as opressões veladas no interior desta. Este trabalho revela o que pensam as mulheres do campo, trabalhadoras rurais no tocante ao seu papel na sociedade e como estas estão sendo modificadas pela educação libertadora na *práxis* do dia a dia de luta.

Acampamento Zé Maria do Tomé: espaço de organização e resistência

O Acampamento Zé Maria do Tomé localiza-se na Chapada do Apodi, localizada na divisa entre o Rio Grande do Norte e Ceará. Parte dos territórios dos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré têm se tornado berço de conflitos entre campesinato e agronegócio, por terra, água e pelas mudanças ambientais ocasionadas pela implantação das agroindústrias de fruticultura de exportação (FREITAS, 2018). No que concerne ao contexto camponês, Freitas (2018) destaca os processos de resistências, que são concretizados através da permanência nas comunidades “afetadas” pela Política Nacional de Irrigação e por meio da ocupação de terras, como é o caso do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Os sujeitos moradores da Chapada do Apodi são expressão das dissidências resultantes da nova forma de exploração do trabalho e ditames do capital. As tensões e conflitos entre os donos das agroindústrias, os produtores camponeses e familiares emergem nesta região.

Frente às injustiças sociais e ao descaso que vinham sofrendo, os moradores das comunidades e participantes dos movimentos sociais aliados ocuparam, em maio de 2014, parte das terras destinadas à expansão do Perímetro Irrigado Jaguaribe – Apodi, as quais segundo documentos do DNOCS seriam destinadas aos pequenos produtores, mas desde sua criação, no final da década de 1980, isso nunca fora efetivado.

Desta maneira, emergiu o acampamento, da unificação de sujeitos que buscam resistir à lógica desumana instalada na Chapada do Apodi. Por se tratar de um espaço demarcado pelo MST, o processo de instalação das famílias no território transcorre seguindo objetivos que os engrandecem como novos seres humanos, na procura de estabelecer novas relações sociais (MST, 1998a).

Em se tratando do acampamento, este novo espaço constituído de força e utopia é aquele em que se pode encontrar a esperança de muitos que vivem sob a ordem da sociedade de classes. Desta forma, caminham para um processo de transformação e conscientização neste momento da luta por terra, que não se esgota quando se tem a sua obtenção, mas é somente o início que marca uma nova maneira de encarar a realidade, para que se possa reconstruí-la mais humanizada, dando significado à territorialização.

O trabalho de base, desenvolvido nos acampamentos e assentamentos, tem um valor para quem destes momentos participa, primordialmente, enquanto se está sob a “lona preta”, pois é o primeiro contato com o Movimento e a realidade desvelada conforme se introduzem nas ações da organicidade do MST.

As mudanças que implica à (trans)formação de consciência da realidade de opressões podem ser constatadas diante da participação e atuação dos homens e, principalmente, das mulheres nas práticas consideradas educativas e contra-hegemônicas, interligadas à inserção política com o saber que se constrói no dia a dia da luta e permanência na terra.

A relação erguida com o MST age na vida de quem nele atua, numa mudança na perspectiva da compreensão do mundo. Homens e mulheres mergulhados na “consciência ingênua” passam a ter a possibilidade de apreensão da concreticidade das relações mantidas na sociedade de classe e repleta de opressões, de modo que assumem o papel de verdadeiros sujeitos modificadores da/na história.

É importante demonstrar como a consciência crítica é o ponto de partida para a *práxis* vislumbrando a libertação. Assim, dialoga com o que enfatiza o MST, quando apresenta seu trabalho de base e sua ligação com a transformação social, na perspectiva de uma conscientização numa perspectiva freiriana, de construção da consciência de si atrelada à consciência de estar no/com o mundo (FREIRE, 2015).

Assumimos a característica de seres únicos no tocante ao estar no e com o mundo, pois temos a capacidade de traçar nossa *práxis* de acordo com a necessidade de transformação e libertação. A intervenção de homens e mulheres na realidade que é dada faz-se peça primordial no trabalho de base do MST, ao retratar para os participantes sobre a realidade de relações opressoras no âmago da sociedade regida pelo capital e patriarcado.

Com isso, percebemos a relevância das mulheres no interior dos movimentos sociais: embora estes contribuam para a formação e inserção política feminina, não devemos esquecer que o debate acerca da condição marginalizada feminina é vindo da luta das próprias mulheres (ESMERALDO, 2013).

A apreensão na perspectiva da insurgência pode ser destacada com fundamento nas práticas que se fazem presentes no cotidiano das camponesas, que se destinam a superar as opressões em seus vários aspectos, desde a superação do modelo agrícola destrutivo à sua condição feminina no seio da sociedade patriarcal.

Neste sentido, ao observarmos as mulheres em momentos de lutas pela permanência no território pesquisado, quando este se encontrava sob o pedido de reintegração de posse, com data marcada para a retirada das famílias com ameaça de força policial (na ocasião, dia 08 de junho era data para despejar as famílias), precisamente, no dia 15 de maio de 2017, podemos notar a construção da inserção de uma das mulheres investigadas, no sentido da contra-hegemonia, edificando e tendo um papel de demarcação das acampadas no Movimento. Evidenciamos esta afirmação no relato da acampada em depoimento no citado ato:

Meu nome é Mônica, eu era da comunidade do Tomé, porque hoje sou da comunidade Zé Maria do Tomé. Não me vejo fora dessa comunidade mais, é uma experiência muito bonita, muito mesmo que a gente conseguiu aqui dentro, a gente tenta diariamente desde o dia 05 de maio que a gente luta, luta mesmo, pra fazer um modelo diferente, e hoje a gente se depara com isso que tá acontecendo, essa reintegração de posse, que o governo tá tentando nos derrubar, deu uma pedrada em nós, pode ter dado uma enfraquecida e uma baixada, mas a pedra a gente vai pegar e vai construir mais um degrau pra gente subir no nosso dia a dia (Mônica, 37 anos).²

As mulheres do campo e oriundas do MST vêm construindo ao longo dos anos de luta uma visão de mundo, partindo da compreensão de que há um sistema, uma organização social que as reprime e as destina a uma dada condição de subalternidade. A participação nas atividades do acampamento pode ser espaço de construção e desdobramentos educacionais.

No entanto, observamos a escassez da presença dos saberes femininos em momentos políticos, traço presente em quase todos os espaços, sejam eles campo ou cidade. Em que pese as lutas no campo, em busca de transformações, o modo de organização e domínio masculino permanece quase intacto, porque em muitos casos “a família assentada reorganiza-se, mas as posições tradicionalmente atribuídas se reproduzem” (MEDEIROS, 2008, p. 15).

Diante deste contexto, dialeticamente a *práxis* de insurgência feminina também está presente. Constantemente decorre do envolvimento com os movimentos sociais, de modo que as mulheres vão reconstruindo caminhos de libertação para todos (MEDEIROS, 2008).

No âmbito dos movimentos sociais populares tem-se a finalidade da transformação social, mas, para além da obtenção de direitos, buscam a conscientização, de modo que a liberdade de todos sempre seja motivo de luta, pois se organizam e demonstram em suas atividades em grupo a reflexão sobre o contexto, seguida da *práxis* (SILVA; CARVALHO, 2017).

Na História da Educação brasileira a interrelação entre conscientização e educação foi erigida teoricamente por Paulo Freire (2001) a partir dos movimentos populares em Recife, no início dos anos 1960. A educação como ato político,

² Todos os nomes citados ao final das falas e depoimentos não são fictícios, pois as participantes da pesquisa aceitaram manter em exposição a sua identidade.

concebida no processo de conscientização, encerra uma função social, uma *práxis* libertadora que se consubstancia na Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2016). A *práxis* apresentada nessa obra, como autêntica, verdadeira, libertadora e revolucionária instituiu um paradigma educacional voltado a interrelação da educação com a transformação da realidade e com o processo de “ser mais” para os seres humanos (CARVALHO; PIO, 2017).

A maneira como interpretamos a *práxis* no interior do MST mostra-nos condizente o que os referendados autores classificam como “práxis política e histórica”, tendo em vista a transformação da relação oprimido e opressor e a libertação de todos os meios de opressão. A *práxis*, nesta concepção, trata-se da educação não formal, tida como uma ação organizada no quesito político de entendimento da realidade e encaminhamento das pautas emancipatórias, caracterizando-se como *práxis* contra-hegemônica.

A resistência tem seus vários vieses, com destaque ao reconhecimento dos(as) trabalhadores(as) como construtores de uma nova realidade. Outro viés é a constatação dos conhecimentos e aprendizagens produzidas nas práticas de sua organização como classe, pois se trata de movimentos sociais populares, que emergem das contradições da sociedade capitalista e patriarcal que tende a hegemonizar o conhecimento e dar legitimidade apenas a um determinado saber.

Vemos que as relações sociais baseiam-se no conhecimento hegemônico dotado de todos os quesitos repressores: branco, europeu e patriarcal. Mesmo com a supressão dos saberes construídos pelos excluídos do campo do conhecimento, podemos ver que surge o conhecimento no âmago das culturas e nos segmentos de organização política dos desfavorecidos despontam saberes e intervenção. Assim verificamos em relação às mulheres que irrompem lutando contra o capitalismo e patriarcado, utilizando e resgatando os saberes ancestralmente acumulados (BARBOSA, 2019).

Os traços educacionais nas mudanças relativas à instrução dos novos homens, e, particularmente, em mulheres conscientizadas, assumindo a identidade de Sem Terra, estão nas formas de lutas no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e na sua relação educacional com as práticas insurgentes da classe oprimida como proletária e feminina, uma vez que, o MST

preza por “garantir a participação das mulheres e jovens em todas as instâncias [...]” (MST, 1989, p. 15). É contundente demonstrar que o espaço para o debate criado nos movimentos sociais acerca da condição da mulher na sociedade patriarcal e capitalista decorre da luta feminina para a sua efetiva participação, de modo que isso reverbera na vida de outras mulheres que passam a participar do MST.

O MST propicia, em sua organização e lutas, processos formativos e (auto)formativos, ao tempo que interpela o sistema educativo formal, requerendo escolas onde se fortaleça a relação com as comunidades e um currículo de novo tipo, relativo à vida com dignidade no campo, acesso à terra, preservação do meio ambiente e alimentos saudáveis. São elementos condesados na proposta da Educação do Campo, que marca a História recente da educação brasileira, desde o final da década de 1990 (CARVALHO, 2006).

Ser mulher na sociedade capitalista e patriarcal: contribuição dos movimentos sociais para a formação política feminina

Historicamente o patriarcado se institui com a criação da propriedade privada, da família monogâmica e do Estado (ENGELS, 2002), instituições sociais constituidoras de uma relação de dominação, exploração e opressão das mulheres a partir da imposição de um lugar socio-histórico subalternizado por sua condição de gênero (SAFFIOTI, 2015). Nesse marco, o modelo de organização da relação familiar e social passou a ser avultado, sobretudo para a manutenção da propriedade privada em que o domínio era todo do homem, aquele que tinha (tem) controle da propriedade em si, bem como sobre os mais vulneráveis, englobados nessa ordem estrutural, no caso, as mulheres e crianças, ambos inclusos na organização familiar.

A sujeição da mulher extrapola seus atos, envolvendo o seu corpo, os filhos e filhas por ela gerados, todos considerados parte do processo de conservação do capital e ampliação das posses, sempre concentrado no imperativo masculino, pois é notório que a condição feminina na consolidação patriarcal teve chances mínimas de fugir dessa lógica (CISNE, 2013). O patriarcado não é somente funcional ao

capitalismo, mas também contribui para a sua reprodução ao constituir uma forma de conceber a sociedade e, nesta, o “comportamento feminino”. É válido destacar que, no *continuum* da reprodução do capital, a divisão socio-sexual do trabalho ampliou a dominação patriarcal sobre as mulheres, acentuando-se ainda mais a partir do nó dialético de classe social, raça/etnia, gênero e orientação sexual (SAFFIOTI, 2015).

No entanto, é no contexto das opressões que despontam as ações em busca da liberdade frente às teias invisíveis e naturalizadas do sistema opressor. Sendo assim, consideramos o movimento de mulheres ou o movimento feminista como exemplos de tais ações transgressoras que contribuem para a autoformação de mulheres em todos os contextos que atuam.

Ao situarmos o patriarcado no contexto da luta pela terra e na defesa da Reforma Agrária, observamos que há uma ligação entre a lógica patriarcal inerente à propriedade privada da terra, o modelo agrário impulsionado pelo capitalismo e a organização familiar patriarcal no aprofundamento da opressão das mulheres no campo (FEDERICI, 2017). Essa relação é vivenciada e sentida pelas mulheres envolvidas na luta pela reforma agrária, o que proporcionou a demanda de uma formação política feminina para compreender o lugar histórico da mulher na sociedade capitalista e patriarcal.

Pensar o “ser mulher” partindo desse ponto é de suma importância para o entendimento da opressão, condição e perspectiva de autonomia feminina, uma vez que o machismo e a exclusão estão presentes nos mais diversificados contextos. Pode nos levar a crer que é preciso refletir sobre o tema em todos os lugares, inclusive no campo, contexto este marcado por múltiplos problemas vinculados à subalternidade ligada à propriedade privada e à dominação masculina. Butto e Hora (2008) relatam como se deu parte desta situação no contexto rural, sobretudo na instituição do regime de sesmarias, momento histórico de consolidação das bases produtivas e econômicas que assentaram a grande fazenda para a exploração da força de trabalho, pela via do trabalho escravo ou do assalariado. A Lei de Terras de 1850 aprofundou essa exploração ao condicionar a posse da terra à compra sob valores excessivos que excluía, de entrada, escravos libertos e trabalhadores rurais.

Esse processo histórico aprofundou a exclusão dos que viviam e dependiam da terra, deixando-os na situação de submissão aos efeitos das relações capitalistas que se

iniciavam, ao tempo que deixava sua marca principal: a desigualdade. Assim, a exploração e a desigualdade perduram como efeito da nova relação estabelecida com a terra e o campo. Na dialética da realidade social, emergem lutas no campo, com destaque para o MST, em sua causa em favor da luta por terra, pela reforma agrária e contra a ordem capitalista em todas “as nuances” na vida dos homens, mulheres e crianças.

É válido salientar que a dimensão patriarcal intrínseca à dinâmica produtiva do capitalismo agrário se materializa nas relações de dominação-exploração das mulheres no campo. Como se não bastasse a negação ou os inúmeros entraves relacionados à aquisição da propriedade da terra para as famílias camponesas, há a negação da titularidade da terra para as mulheres ou ainda o direito de participar das políticas públicas relacionadas à produção agropecuária. Elas estão descobertas no reconhecimento de direitos trabalhistas, sobretudo de aposentadoria como trabalhadoras rurais, além de seus corpos já sentirem os efeitos concretos do uso intensivo dos agroquímicos, haja vista a constatação da contaminação do leite materno ou o aumento do nascimento de crianças com problemas congênitos (PALMA, 2011).

É na compreensão do lugar da mulher na sociedade patriarcal e capitalista que se inicia o processo histórico da luta das mulheres e seus desdobramentos na teoria feminista e na ação política. No caso em análise, as mulheres Sem Terra abriram o debate interno no MST em relação ao papel das mulheres camponesas na luta pela terra e na construção do projeto da Reforma Agrária, abrindo espaço para a formação do Setor de Gênero, instância responsável por promover processos políticos e formativos para o conjunto das mulheres organizadas em acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Trata-se de uma nova ótica em direção à leitura da realidade mediada pela luta mediada pelo nó dialético entre gênero, raça/etnia e classes, frente às relações sociais, em cuja proposta se respeitam as particularidades dos sujeitos e que, notadamente, volta-se à superação de qualquer tipo de opressão. Isso reflete na transformação do ser e no contexto, logo, pensamos na dimensão assumida pela Educação no movimento de conduzir os sujeitos às novas formas de agir, à *práxis* libertadora (GOHN, 2013; BARBOSA, 2015).

Ao passo que a subjetividade assume a particularidade no processo pela superação da realidade desigual em todos os sentidos, a apreensão objetiva dos fatores contribuintes para as mudanças nos planos coletivo e individual faz-se irrefutável no seio das ações dos movimentos sociais do campo. De igual modo levamos esta percepção para a funcionalidade do MST na *práxis* das mulheres e homens, tornando-os(as) sujeitos conscientes.

Entendemos a conscientização em meio aos movimentos sociais populares, como mediadora do reconhecimento de si e do quadro de opressão das diversas formas sofridas pelos indivíduos, sobretudo, a categoria feminina, em razão de o movimento buscar “garantir maior participação das mulheres e jovens em todos os níveis da luta para conseguir maior crescimento político e ideológico da classe trabalhadora” (MST, 1989, p. 13).

A essência da organicidade no MST tem por intuito o de incluir todos e todas na transformação e conscientização crítica, para o desenvolvimento da *práxis* na busca pela emancipação social, acoplando as causas em prol da mulher, reconhecendo a realidade na totalidade, como histórica e contraditória. Nesse marco, a organização das mulheres camponesas no âmbito da luta do MST proporciona a formação política de outras mulheres, sobretudo em contextos de acampamentos, tornando-as mediadoras de práticas educativas, cultivando o cerne da transformação social no tocante ao sistema capitalista e patriarcal.

MST: construção da identidade da mulher Sem Terra e despatriarcalização

A resistência contra o sexismo e a aprendizagem relacionada à crítica do patriarcado são traços que marcam a formação idealizada pela organização do MST. Os estímulos gerados pelas novas vivências no coletivo durante o período de luta em um acampamento são o primeiro passo para que as mulheres e os homens adentrem nas novas relações que se pretende construir neste momento da luta. A consciência acerca da organização e participação na transformação social passa a fazer parte das novas experiências das recém-ingressas e ingressos no MST.

A correlação entre a consciência social e o debate em torno da participação feminina nas instâncias do MST corrobora para que as e os Sem Terra construam novas perspectivas quanto à realidade social, pois suas ações já não estão somente voltadas para a superficialidade das relações sociais. A reflexão que a dinâmica do MST realiza configura-se como a força motriz da nova identidade que as mulheres e os homens assumem perante as desigualdades (VENDRAMINI, 2000).

O devir é parte intrínseca dos idealizadores do MST, à medida que considera importante o período de desenvolvimento da identidade Sem Terra na luta pela reforma agrária aliada a outros direitos baseados no bem comum. No período do acampamento, as e os Sem Terra vivenciam experiências até então desconhecidas que culminam em mudanças na forma de ser após a obtenção da terra.

O contato com a temática sobre a construção dos papéis de gênero é traço que marca a vida das mulheres inseridas na luta, ainda no período de acampamento. A pauta sobre a participação e formação das acampadas se faz notória no trabalho de base que o MST realiza. Ressalta-se o caráter educativo que este assunto constrói entre os homens e, sobretudo, com as mulheres, pois há uma re-socialização com base na equidade entre todos na esfera pública e privada, na esteira da distinção ideológica da classe dominante, no aspecto econômico e patriarcal.

A equidade entre as mulheres e homens vem sendo reivindicada através dos movimentos organizados das mulheres ou no denominado Feminismo intuitivo que se caracteriza com ações de insurgência que não estão necessariamente ligadas ao Movimento feminista organizado. As lutas se fazem presentes nos mais diversificados espaços; sejam vindas do campo ou cidade, estas se mobilizam a favor da condição igualitária.

Numa perspectiva histórica, vale destacar a organização social da classe trabalhadora e operária que antecedeu a experiência da Comuna de Paris (1871), quando no seio das reuniões políticas, as mulheres passam a reclamar tanto sua participação como o direito à educação, ambos lhes negados. E travam um enfrentamento interno que marcará a História educacional, como o primeiro projeto político e social de educação que as incluísse. As discussões e a projeção desse fato constituíram, desde o séc. XIX, um enfrentamento das mulheres ao patriarcado, no

seio do próprio movimento operário, tendo repercutido em lutas pelos mesmos direitos em vários outros países, até os dias atuais (ALMEIDA, 2016).

Quando se versa sobre este assunto no contexto rural brasileiro, pode-se notar que há uma manifestação que reúne mulheres dos mais variados Movimentos, todavia, todas as participantes têm o objetivo compartilhado: o bem comum de todas e do meio ambiente.

Porém, vale acentuar que as mulheres Sem Terra buscaram/buscam construir seu lugar no MST com o olhar de luta feminino e como proletária camponesa. As pautas sobre a condição de subalternização feminina no campo existem, porque as mulheres unidas conseguiram ser ouvidas, sobretudo, conseguiram falar.

A insurgência aparece neste momento do MST como característica das mulheres, as quais compreenderam/compreendem que seu pertencimento nas relações sociais é marcado não apenas pela opressão de classe, mas também pelo patriarcado. Disso decorre que a equidade entre homens e mulheres sempre esteve presente nos documentos que tratam da organicidade do MST, mas, pela própria lógica de funcionamento do patriarcado, as Sem Terra demoraram algum tempo para estarem de fato realizando o que acentua a organização do Movimento.

A exclusão das mulheres nas frentes de luta é pauta construída e reconhecida pelas próprias camponesas no MST. A presença geralmente nas marchas e momentos está vinculada ao papel que é designado ao gênero feminino. Na origem da luta do MST, as mulheres estavam muito ligadas à família (embora saibamos que o Movimento envolve toda a família). Quando as mulheres vão participar de uma ocupação, acabam percebendo que não possuem papel de protagonistas. Neste sentido, elas dão início a uma organização como mulheres Sem Terra na medida em que se inserem na luta por terra e vão conhecendo as múltiplas formas de opressões que podem sofrer (ESMERALDO, 2013).

Há uma resistência por parte dos maridos quanto à atuação de suas esposas nas atividades que carecem sair do âmbito familiar. Mas, devido ao acesso às atividades instrutivas, de diálogos e de conscientização no que se refere aos direitos e deveres de cada um no MST, algumas mulheres buscam reivindicar a saída para outros feitos, que não sejam somente nos espaços delimitados socialmente

femininos, ou, quando estas já frequentam outros espaços, passam a aferir a jornada de trabalho maior que a do companheiro, ou outros familiares do sexo masculino.

A aproximação dos movimentos camponeses e das camponesas com o Feminismo Camponês possibilita a apreensão do entrelace das opressões de classe e gênero e, à medida que as mulheres oriundas de movimentos camponeses fazem a dinâmica entre a sua forma de ser/estar no mundo patriarcal e capitalista, adquirem a concreticidade acerca da realidade na totalidade.

Quando em marchas as mulheres reafirmam na resistência que não pretendem sair do pedaço de terra ocupado, não estão apenas demarcando o seu espaço, mas o preenchimento de lutas e *práxis* que se choca com o modelo de sociedade baseado no discurso “neodesenvolvimentista”, que atropela as comunidades camponesas tradicionais.

As mudanças ocorridas com as mulheres no tocante à presença em atividades, antes restritas aos “chefes de família”, chama a atenção para o fato de que se há uma organização para tratar de assuntos referentes a problemas do contexto do qual elas fazem parte, certamente haverá processos de novas aprendizagens do ser mulher. Por conseguinte, haverá práticas libertadoras e críticas, dado que historicamente as mulheres são as mais afetadas pelas mudanças sociais, mas dialeticamente se movem. Assim, Federici (2017, p. 156) pronuncia:

[...] as mulheres também foram as mais arruinadas pelos altos preços, já que, por terem menos acesso que os homens ao dinheiro e ao emprego, dependiam mais da comida barata para sobreviver. Por esta razão, apesar de sua condição subordinada, rapidamente saíam às ruas quando os preços da comida aumentavam ou quando se espalhava o rumor de que se levariam os suprimentos de cereais da cidade.

A história expõe que as mulheres possuem motivos dobrados para participarem de iniciativas que vão ao encontro da libertação dos modos de opressão que se instalam com as mudanças nos sistemas de produção. Assim, a maneira de encarar a realidade no que se estende à produção agrícola do agronegócio e à viabilidade de produzir em seu pedaço de terra, em comunhão com o meio ambiente e as pessoas, é propiciadora de aprendizagens da experiência da inserção política e um reparo histórico quanto à desvalorização do trabalho feminino.

As atividades, denominadas de lutas entre as acampadas, podem propiciar o comparecimento em espaços jamais antes imaginados, porquanto, “[...] a conscientização não opera num vazio, não é um processo individual; ela ocorre por etapas, em processos de interação do indivíduo em coletivos organizados; ela é um ato político” (GOHN, 2013, p. 41).

A participação se constitui num projeto coletivo, não mais individual, com o envolvimento de toda família, que se vê identificada em sua caminhada desde a infância com a identidade Sem Terra, formada por uma perspectiva de novas relações mais humanizadas numa sociedade igualitária. O MST, conforme Vendramini (2000, p. 53), tem um forte teor de mobilização, por ser “um movimento de massa que pressupõe a participação de todos os seus integrantes nos momentos de luta: mulheres e homens, jovens, adultos e crianças.”

As lutas consistem em momentos formativos e de desconstrução de como pensavam a realidade antes do MST, ou seja, aprendem na prática que as mudanças que sonham também podem ser decorrentes de suas próprias ações. Tal assunção da maneira de compreender a realidade, fruto da inclusão em momentos políticos, favorece a caminhada pela construção de novos saberes no que diz respeito à condição de inferiorização das mulheres, e estas já não estão totalmente sob a ordem patriarcal (SILIPRANDI, 2013).

A participação da mulher na luta tende a mediar o fortalecimento das transformações positivas na forma de enxergar e entender a realidade, a busca pela igualdade substantiva e participação em espaços políticos. Dessa maneira, as mulheres estão condicionadas a conquistar o protagonismo nas lutas que travam no dia a dia, bem como demonstrarem que também são capazes de mudar a sociedade vigente, a começar pelas práticas de despatriarcalização nos âmbitos privado e público.

Participação das camponesas em lutas: a mulher Sem Terra na produção de saberes

As acampadas que residem no espaço pesquisado lutam frente à expansão do agronegócio e o patriarcado. Seus pequenos lotes de produção agrícola familiar são,

na verdade, sementes de esperança numa forma de plantar que respeita a terra e da reinserção da mulher na construção de saberes agroecológicos. Os frutos já estão sendo colhidos, são representados pela busca da qualidade de vida, a participação feminina nas atividades advindas da organicidade do MST e as insurgências que se expressam pela autoformação.

O desenvolvimento das práticas agroecológicas geradas pela presença da mulher na busca por novos saberes inerentes à forma como produzir de acordo com o que defende o MST tem o propósito de resgatar o cuidado com a terra em consonância com novas relações sociais mediadas pela equidade de participação. Logo, verificamos o caráter da reflexão sobre a configuração da mulher no seio da família e sociedade, assim como na gestão de suas vidas quando se trata do aspecto do ser mulher numa conjuntura marcada pela violência do Patriarcado, Capital e Estado (SAFFIOTI, 2015).

Em diálogo com Saffioti, averiguamos que a situação da degradação das mulheres atingiu um nível maior de violência com a forma de organização do arranjo familiar monogâmico, o qual está atrelado à perpetuação da propriedade e, conseqüentemente, ao Estado, que surgiu para manter a exploração de uma classe sobre a outra.

Entendemos que é na junção das esferas privada e pública — Estado, família e propriedade privada — que se estabelecem as relações de opressão das mulheres, acrescidas do capital, que a partir da categoria trabalho age de modo agressivo contra as mulheres. Por isso, nesta pesquisa, foi fundamental compreender a conscientização partindo do ponto de vista feminino, porém compreendendo que estão situadas nos sistemas patriarcal e capitalista, ambos emaranhados.

A inserção das mulheres do Acampamento na luta por Reforma Agrária, bem como sua visão em relação às condições de trabalho e como se assumem com a identidade Sem Terra, são pontos que se tornaram, no decorrer da pesquisa, importantes para entender como se dá a relação educacional neste ambiente composto por homens e mulheres.

As mulheres acampadas são, em maioria, naturais de Limoeiro do Norte, outras vindas de cidades vizinhas, todas são casadas, algumas têm filhos. As

mulheres participantes da pesquisa apresentam idades entre vinte e dois (22) e cinquenta e dois (52) anos.

No grupo focal, indagamos as mulheres sobre a inserção no MST. Na fala, elas relataram as mudanças de percepção em relação ao que o MST significa e as transformações que ocorreram em suas vidas a partir do momento em que se identificaram com a forma “Sem Terra de ser”.

Nesse processo de encontro e no conhecimento da luta por terra coordenada pelo MST, destacamos este depoimento que revela a desconstrução do sentimento de medo em relação ao MST:

[...] aqui realmente não é o que o povo fala, que as mulheres daqui são guerreiras, são dente de leão mesmo, tem briga vai pra cima, tem um coletivão de gente, se unem, uma multidão de gente, se unem um da um arroz, outro dá um vitamilho, um dá uma coisa dá outra e assim, realmente a gente somos um conjunto de formiguinhas que se ajudam mesmo, que se é pra lutar a gente luta, se é pra brigar a gente briga, se é pra cozinhar panelões a gente cozinha, se é pra ir atrás de lenha a gente vai, se é pra fazer grupo de mulheres, [...] (Heloisa)

Neste trecho, percebemos uma mudança de pensamento e conceito em relação ao MST, o qual era visto conforme a imagem deturpada que constroem dos movimentos sociais populares. Vemos que durante o processo de ocupação a coletividade ajuda a enfrentar as adversidades iniciais sob a “lona preta”, fato que acentua o quanto o início da luta é difícil, por este motivo o trabalho de base evidencia o sentido político da cooperação no processo de ocupação, para posteriormente ser um aspecto consolidado na vida em acampamento (em seguida, assentamento).

A condução do movimento em torno da permanência na luta gera a cooperação entre as famílias, que em muitos casos vêm de realidades parecidas, mas com suas experiências pessoais constroem suas singularidades. O homem e mulher sem terra passam a incorporar ações exigidas pela realidade concreta do momento da ocupação e, logo em seguida, do acampamento. São momentos distintos, todavia estão interligados por proporcionar o contato com acontecimentos geradores de modificações no sentido organizativo em prol de um objetivo e os(as) tornando os(as) Sem Terra (CALDART, 2012).

Em se tratando de mudanças na vida dos indivíduos sem-terra, verificamos um aspecto marcante em todos os depoimentos: a inserção das acampadas no MST

foi através dos companheiros de forma direta e indireta, cada uma com a sua subjetividade em lidar com este acontecimento. Algumas, ao receberem a notícia, logo aceitaram, outras não tiveram escolha e seguiram os companheiros ou resistiram alguns meses “à nova vida”. Este fato vem a reforçar a participação em peso dos homens em espaços públicos e políticos, realidade proveniente do patriarcado. Vejamos a fala das mulheres no momento da apresentação, as quais mostram como chegaram ao acampamento:

[...] sou natural de Fortaleza. Eu sou casada, tenho dois filhos, morava em Lagoa da Casca antes de vir pra cá. Lá eu costurava, como aqui também continuo costurando e cuido né, ajudo meu marido em algumas coisas lá nos plantios. E antes de vir pra cá que na realidade eu não queria vim, fui quase forçada, aí meu marido ele veio no começo. [...] E quando fizeram as medidas das terras eu vinha só no final de semana, só vinha final de semana pra cá às vezes, ele dizia ‘Josélia vamo pra lá passar o final de semana’ e eu dizia ‘vou não’, eu queria ficar em casa, até que um dia ele disse ‘Josélia, vão medir lá os terrenos e agora vou derrubar nossa casa e fazer lá’ aí eu ‘agora danou-se, vou ter que acompanhar que eu num vou ficar debaixo de pé de árvore, vai ser o jeito’, ‘pois tá certo’ (Josélia, 44 anos).

[...] sempre fui da comunidade da serra, nasci e me criei na serra, eu vim também através do meu esposo, através do meu esposo assim, porque ele não queria que eu viesse que ele dizia que a bagunça era muito grande e que não era canto pra mulher. Aí depois ele bateu o pé porque ele vinha porque ele vinha, aí eu resolvi porque eu nunca fui muito pelo que ele dizia, ele dizia que eu fosse por ali, eu ia por aculá, eu acho que a gente cada um sabe o que é melhor pra gente né, aí eu vim através (Alba, 45 anos).

Destacamos estas duas apresentações por dois aspectos chamativos: as entrevistadas relatam o papel dos companheiros de provedores das ações no seio da organização da família, pois foi por intermédio deles que as mulheres chegaram ao acampamento. Observamos que foi de formas diversas, mas a inserção foi proveniente do molde patriarcal, no qual o homem define a direção das companheiras.

De igual modo, captamos as mudanças que a inserção no espaço da pesquisa, com seus respectivos movimentos pedagógicos, proporcionou às mulheres e aos homens. O amor pelo território pelo que este significa para as mulheres é demonstrado na forma como denotam a vida antes e depois do/no acampamento. Estes sentimentos são manifestados em um misto de recordações dos momentos iniciais e dos problemas enfrentados devido a pertencer ao MST.

[...] eu não imagino mais minha vida sem o acampamento, eu não tenho casa própria, mas se me dissessem assim ‘ah Heloisa eu vou te dar uma casa própria ali em Limoeiro e tu não vai mais ter que precisar morar no acampamento, tu não vai ter que passar certas coisas que você passa, é preconceito, humilhação, dificuldade, várias coisas’, eu sinceramente diria não, eu diria não, porque eu realmente não me imagino e meus filhos também não [...] a cada semana que a gente vinha morando aqui eles também têm esse mesmo sentimento que eu, que a gente não se imagina mais não morando aqui, apesar que eles também enfrentam preconceito na escola, nas outras comunidades, na família, os coleguinhas faz umas piadas muito desagradável, muito triste com eles e assim, minha vida agora realmente eu posso dizer que eu comecei a viver depois que eu o morando no acampamento [...] (Heloisa).

A luta por educação levou o MST a discutir a escola, defendendo uma Educação do Campo, como mencionada no item anterior, dado ao fato recorrente de as crianças e jovens sofrerem preconceitos nas escolas dos municípios. Historicamente, em nosso país, as zonas rurais não tiveram tratamento isonômico nas políticas educacionais, quanto ao acesso à educação (RIBEIRO, 1992). No caso das mulheres camponesas se cruzam dois fatores de exclusão: a inexistência ou distância das escolas e ainda o fato de serem mulheres. Na História da Educação brasileira, embora na Constituição de 1824 tenha sido assegurado o ensino primário a todos, até o final do séc. XIX, atesta Ribeiro (1992), “dado o grau de subordinação das mulheres no período, a maioria dessa faixa da população era analfabeta” (RIBEIRO, 1992, p. 64). Destaca-se, nesse período, Nísia Floresta, autora do livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, de 1831, defendendo iguais oportunidades sociais (FERNANDES, 2019, BARBOSA; MAIA, 2020).

Em que pese a ampliação significativa do acesso à educação pelas mulheres nos séculos XX e XXI, nas zonas rurais ainda é possível se constatar número significativo de mulheres que não puderam estudar. Na pesquisa em pauta, identificamos que, logo após a ocupação, o MST organizou uma sala de Educação de Jovens e Adultos, com maioria feminina na participação. Em sua maioria, as acampadas têm ensino fundamental incompleto, tendo sido forçadas a abandonar os estudos devido ao trabalho, ao casamento e à maternidade.

Assumir-se e constituir-se como Sem Terra projeta indiretamente conviver com o olhar de reprovação da sociedade e estar em condições jamais imaginadas, pois os relatos nos mostram as “implicações” decorrentes da vida em acampamento.

A realidade de quem está numa ocupação é carregada de enfrentamentos do capitalismo e patriarcado, que via de regra são provedores das opressões, mas é a partir deste contexto que despontam as ações de organizações contra-hegemônicas.

Consideramos que as mulheres ao afirmarem sua permanência no acampamento demonstram com orgulho o rosto de mulher e sem-terra — a junção dos dois “sujeitos marginalizados” firma dialeticamente a força e a identidade da Mulher Sem Terra, a qual considera a luta permanente, pois o modo de enxergar as relações opressoras já não é como antigamente e segue desbravando o sistema patriarcal e capitalista (CALDART, 2012).

Neste seguimento de enfrentamentos e sofrimentos vindos da exclusão social e do preconceito, notamos o movimento dialético através da permanência e apego ao território, quando a participante é enfática e afirma:

[...] aí eu digo pra ele ‘olhe, que Deus o livre de na reintegração isso aqui não der certo, você tem duas opções: ou arranja uma casa bem dentro do mato pra nois morar ou fica sem esposa, porque pro Cabeça Preta eu num volto de jeito nenhum’ assim, de tanto que eu me apeguei ao movimento, a vida como ela é de verdade, o mato não que porque toda eu fui criada no mato mermo, mais os matos daqui é diferente dos matos que eu fui criada, é isso. Eu adoro essa vida que eu vivo (Alba).

Alcançarmos a essência desta relação de amor ao acampamento, à nova vida do presente e à que está por vir com a posse da terra requer considerar o papel do trabalho político-pedagógico e ideológico do MST, tendo em vista que estas mulheres situam-se neste espaço não somente pela terra e as novas amizades conquistadas.

Assim, compreendemos quando a acampada no momento da sua fala mostra o que diz ao companheiro se a reintegração de posse for realizada, pois o acampamento constantemente passa por ameaças de despejo. Ao conotar a diferença entre “os matos” em que a mesma já viveu, vê-se o apego ao movimento e, o mais importante, o entendimento da “vida como ela é de verdade”.

Ao adentrar na organicidade do MST, notamos que a formação do “entendimento da vida” nos indica a mudança que o contato com a organização no sentido político proporcionou às mulheres que se reafirmam no acampamento. O MST, deste modo, forma a consciência das mulheres que se reconhecem como

pertencentes a uma classe social, que pode ter forças para superar as injustiças a que está submetida.

No decorrer dos depoimentos, de acordo com as respostas que remetiam às mudanças, fomos introduzindo outras indagações a respeito da nova vida, porém nos centramos no tocante ao ser mulher Sem Terra e estar em condição de acampada. Desta forma, o assunto fluiu desde o “preconceito” a como o acampamento interferia na relação com os companheiros. Por este ângulo, quando indagadas se já haviam passado por situações das quais perceberam o machismo/preconceito, as mulheres responderam:

É, preconceito, sobre preconceito cê perguntou também né de ser mulher, “as vez” eu enfrento um pouco de preconceito em casa mesmo né, meu marido ele é muito antigo, ele tem 50 e tantos anos né, é assim, ele é antigo, ele é daqueles que pensam que muié é só pra tá dentro de casa e eu num sou assim, “as vez” ele fica dizendo uma coisa e outra e eu nem escuto, quando “dé fé” eu saio e pronto. Que eu gosto de participar, eu desde o começo do acampamento que eu tô na coordenação do acampamento [...] lá na coordenação eu boto o ponto do grupo de mulheres [...] (Mônica).

A insurgência em defrontar o patriarcado e o “preconceito” na esfera privada está em evidência no depoimento. Apreendemos que a forma de manter a relação com o companheiro intervém na participação da organização no/do acampamento, assim, a acampada conota a atuação ativa na coordenação e como esta função foi/é fundamental para que as pautas concernentes às mulheres estejam presentes nas reuniões.

Quanto ao ponto referente à forma de organização do processo da luta por terra no MST, assim como posteriormente à obtenção da terra, a coordenação compartilhada é um dos pontos presentes na organicidade, que remete à elevação da construção da equidade nas decisões dos acampamentos ou assentamentos.

Notamos que este aspecto é substancial para que a insurgência na esfera privada ou o feminismo intuitivo possa expandir-se para a esfera pública, pois acreditamos que os enfrentamentos da esfera privada advindos de algumas mulheres do acampamento contribuem para que outras mulheres “despertem” a insurgência que há em si.

Contudo, a insurgência feminina vem desmontando a conjunção do patriarcado e capital. A prova disso é a forma como se dá a participação das mulheres na luta do MST e na organização do acampamento pesquisado, que é promovido pelas acampadas como “um espaço” que as ajudou a reconhecer o valor que têm, concomitante à construção de novos saberes que contribuem para o fortalecimento e empoderamento feminino no campo. Em relação aos enfrentamentos que cruzaram a sua trajetória no acampamento:

[...] o acampamento me deu forças assim, a acreditar que eu sou capaz, que eu pude ir pras lutas. Eu fui pra Madalena, passei 5 não, 6 dias lá, passei 6 dias em Madalena, eu fui só, ele disse ‘você não vai, porque se você for a gente se separa’ aí eu disse ‘pois taí a rua, a porta da rua é a serventia da casa, medo de morrer de fome, morrer de trabalhar, ah nego véi, eu não tenho não’, quando que se eu ainda morasse no Tomé eu ia ter coragem de dizer isso? Nunca na minha vida que eu ia dizer isso, nunca! Que eu só baixava a cabeça e era amém [...] (Heloisa).

Ao nos narrar os enfrentamentos que tiveram que travar em situação de mulher Sem Terra e acampada, o relato apresenta que participar das atividades políticas proporcionadas pelo MST requer travar uma luta contra o patriarcado que se manifesta no seio familiar das mulheres que têm o intento de adentrar ao espaço público.

Por concebermos a realidade como construção histórica e que as possibilidades são concretas, acreditamos na libertação humana, porém, o olhar para a história da luta por emancipação na perspectiva da mulher mostra que é improvável chegarmos a uma transformação em sentido horizontal se não partirmos da transformação social abrangendo o patriarcado como sistema a ser superado concomitante ao sistema capitalista, tendo em vista que as mulheres na história são consideradas “inferiores” e a liberdade, mesmo quando atinge um nível mínimo, é direcionada somente aos homens (TIBURI, 2018).

É partindo desta premissa que demonstramos o que as mulheres pesquisadas responderam ao serem indagadas a respeito do que mudou em relação aos companheiros depois das experiências vividas no acampamento.

Lá em casa mermo no começo, eu me esforçava na coordenação, tinha que dá de conta da casa e ainda trabalhava nos canteiros, nas coisas e eu saio vendendo as verduras que nem todo mundo sabe desde o começo. Tinha dia que eu chegava

tava tudo revirado, teve um dia eu fiz uma zuada lá bem grande, quando eu cheguei ele tava sozinho em casa, trancou a porta, disse que tinha lavado as vasilha tudo, não tinha mais nada sujo pra mim arrumar. Aí eu 'Peraí que eu já sei qual é o caminho agora' (Mônica).

As mudanças são notórias nas falas das mulheres no tocante a como passaram a relacionar-se com os companheiros depois que mantiveram contato com as experiências de acampadas e pertencentes ao MST. Observamos que ser mulher e estar em condição de coordenadora de Núcleo de Base, participando diretamente da organização do acampamento, acarretou no primeiro momento o trabalho triplicado, porém houve o enfrentamento a esta situação advinda do patriarcado e capitalismo.

Ainda sobre os relatos, apreendemos como as aprendizagens em relação à divisão sexual do trabalho edificam ações de insurgência por parte das mulheres, as quais já não se reconhecem como as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico, e estas mudanças de comportamento acabam gerando espanto aos companheiros.

As mudanças apresentadas nesta seção, que podem ser consideradas proporcionadas pela forma insurgente de ser das mulheres inseridas na luta pela terra sob a organização do MST, configuram-se como o processo de despatriarcalização que acontece quando a mulher se apresenta à realidade da opressão da sociedade patriarcal e capitalista, impondo-se e concretizando práticas de desmonte de ambos os sistemas (GALINDO, 2015).

Ao demonstrarmos a construção da identidade da mulher Sem Terra e seus enfrentamentos aos sistemas aludidos nesta pesquisa, identificamos práticas de mudanças na maneira de conceber a realidade, nisto, conferimos que as participantes da pesquisa constroem práticas que seguem o sentido da despatriarcalização e da autoformação, as quais se dão notoriamente em grande parte pela categoria trabalho, que adquire uma nova forma de organização com a insurgência das mulheres. Desta maneira, as aprendizagens e conscientização são presentes no Acampamento Zé Maria do Tomé, local onde germinam novas formas de viver em sociedade.

Considerações finais

Percebemos que a inserção das mulheres na esfera política e pública é permeada pela rebeldia, tendo em vista que as mulheres conseguiram seus direitos atuais através das lutas, as quais vão para além do prisma dos direitos constitucionais. A organização feminina correspondente ao Movimento Feminista ou às mulheres que não estão vinculadas às vertentes feministas, mas mantêm uma postura de insurgência frente ao sistema estrutural que as exclui, vem lutado incessantemente contra o sexismo e o machismo.

A configuração da mulher na sociedade capitalista e patriarcal foi o ponto que consideramos relevante em todo o percurso deste trabalho. Ao partimos da compreensão acerca das contradições na realidade, buscamos identificar como estas se davam no sentido da *práxis* libertadora, e podemos verificar que, embora a organização social aja de forma violenta em direção às mulheres, estas dialeticamente movem-se para buscarem a libertação das amarras do patriarcado e capitalismo no contexto rural em meio à luta por terra.

Constatamos que a organicidade do MST tem um olhar que engloba o todo, de forma que podemos apreender que o trabalho de base centra-se na construção da equidade entre homens e mulheres.

Podemos notar que as mulheres foram direta ou indiretamente direcionadas a ingressarem no MST, pois a forma como se inseriram foi através da decisão dos companheiros que decidiram buscar terra para a família.

Porém, os companheiros das mulheres acampadas não imaginavam as novas formas de ser e aprendizagens que estavam por vir nesta nova direção tomada pela família. Tais ações foram apreendidas neste trabalho como práticas educativas mediadas pela educação não formal, partindo da visão de que são atividades pensadas e elaboradas para dar voz aos que sempre foram silenciadas ou silenciados, neste sentido, adquire o traço político e de conscientização da classe trabalhadora e da educação popular.

No âmbito da História da Educação, sobretudo na educação popular e na educação não formal, emergiram debates importantes em torno à necessidade de

incorporar a crítica à histórica exclusão das mulheres dos processos educativos, principalmente no direito à formação escolar. É no âmbito da luta feminista, com destaque dos feminismos erigidos pelas mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, das florestas, entre outras, que se materializa uma pedagogia feminista (KOROL, 2007) no sentido de construir processos educativos em que se reconheça não só o direito à educação para as mulheres, como também em que as reconheça como sujeitos pedagógicos e que aportam à elaboração de saberes para a superação do patriarcado como relação social. No que concerne ao caso que analisamos, as mulheres em condição de resistência em um acampamento, a partir de uma insurgência feminina, constroem saberes e uma pedagogia feminista em defesa da terra e do território (KOROL, 2007).

As acampadas demonstraram mudanças em relação à visão sobre a organização patriarcal, ainda que não citassem este termo, ao entonar as aprendizagens que foram proporcionadas pela organicidade do MST.

Vimos que algumas mulheres já possuíam esta característica antes mesmo de ingressarem na luta pela reforma agrária, e com a participação tornaram-se mais atentas à disparidade que há entre os homens e as mulheres. Isto contribuiu para que participassem da instância política do acampamento, exercendo o papel de coordenadora de Núcleo de Base, por exemplo. Outras acampadas atrelaram as aprendizagens à ressignificação de si mesmas, no sentido de encontrar força para erguerem-se diante de situações de violência simbólica que passavam no seio familiar.

Foi constatado durante este trabalho que as insurgências que remetem às práticas de despatriarcalização fundam-se a partir das categorias conscientização e trabalho, pois as mulheres relataram a reorganização do trabalho doméstico na esfera privada em relação à divisão que havia entre o que era reconhecido como “obrigação da mulher em executar”, passando assim, a compreender que o marido do mesmo modo poderia realizar o trabalho doméstico.

Portanto, a despatriarcalização aconteceu no instante em que as acampadas partiram da realidade, das suas experiências concretas de mulheres Sem Terra e caminharam para a autonomia de demonstrar para todos que as mulheres também são essenciais na luta por terra, assim como o seu olhar é imprescindível para a transformação social.

Referências

- ALMEIDA, J. B. *Educação e luta de classes: a experiência da educação na Comuna de Paris (1871)*. Campinas: Alínea, 2016.
- BARBOSA, L.P. “Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina”. *Revista NORUS*, Vol. 17, n. 11, 2019, p. 205-240.
- BARBOSA, L.P. *Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y los Zapatistas*. México: LIBRUNAM, 2015.
- BARBOSA, L.P.; MAIA, V.M. “Nísia Floresta e ainda a controvérsia da tradução de Direitos das Mulheres e injustiça dos homens”. *Revista Estudos Feministas*. 28(2): e59012.
- BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. p. 19-38
- CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A Categoria da práxis em *Pedagogia do Oprimido*: sentidos e implicações para a educação libertadora. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Brasília, v. 98, n. 249, p. 428-445, maio/ago. 2017.
- CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. Educação do campo: Pronera, uma política pública em construção. Tese Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2006.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CISNE, M. *Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil*. 2013. 165f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.
- ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 236-255.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Título original: Caliban and Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, F. *A história da educação feminina*. Rio de Janeiro: Multirio, 2019. Disponível em: <http://www.rj.gov.br>. Acesso: 25 set. 2020
- FREITAS, B. M. C. *Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará*. 2018. 325 f. Tese (Doutorado em

Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. Org. particip. Ana Maria de Araújo Freire. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GALINDO, M. La revolución feminista se llama Despatriarcalización. In: CURIEL, C.; GALINDO, M. *Feminista Siempre: Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*. Las Segovias: ACSUR, 2015. p. 27-50.

GOHN, M. G. Educação popular e movimentos sociais. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). *Educação popular: lugar de construção social coletiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 33-48.

KOROL, C. *Hacia una pedagogía feminista*. Géneros y educación popular. Buenos Aires: Pañuelos en Rebelión, 2007. (Colección Cuadernos de Educación Popular).

MEDEIROS, L. S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. p. 7-18.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Plano Nacional do MST: 1989 a 1993*. São Paulo: Setor de formação da Secretaria Nacional do MST, 1989.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Compreender e Construir Novas Relações de Gênero*. 2. ed. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Gênese e desenvolvimento do MST*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1998b. (Caderno de Formação, n. 30).

PALMA, D. C. A. *Agrotóxicos em leite materno de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

RIBEIRO, M. L. S. R. *História da Educação brasileira: a organização escolar*. 12. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, M. N.; CARVALHO, S. M. G. Mulheres, aprendizados e lutas no acampamento José Maria do Tomé. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA GT 4 – QUESTÕES DE GÊNERO, GERAÇÃO E SEXUALIDADE NO CAMPO, 9., 2017. Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/gt-04/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS L. S. (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 329-343.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VENDRAMINI, C. R. *Terra; trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

RECEBIDO: 31/08/2020

APROVADO: 03/10/2020

RECEIVED: 08/31/2020

APPROVED: 10/03/2020

RECIBIDO: 31/08/2020

APROBADO: 03/10/2020